



LEI Nº 3.010, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

EMENTA: Regulamenta no âmbito do Município de Ibiporã o pagamento de obrigações de pequeno valor decorrentes de decisões judiciais, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Ibiporã, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do artigo 100, §§ 3º, da Constituição Federal, nos termos desta lei.

§ 1º Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior a 6 (seis) salários mínimos nacionais, vigentes à época do pagamento, nos termos do art. 100, § 4º, da Constituição Federal de 1988.

§ 2º É vedada a expedição de requisição complementar ou suplementar do valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 1º deste artigo.

§ 3º A Procuradoria-Geral do Município deverá ser consultada no respectivo procedimento administrativo de pagamento, com a finalidade de examinar a não ocorrência de fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução nos autos dos respectivos processos, vedados no § 8º do artigo 100 da Constituição Federal, sem prejuízo de eventuais renúncias aos créditos excedentes pelo titular do débito.

Art. 2º Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas, serão pagos mediante a apresentação de Requisição de Pequeno Valor - RPV expedido pelo Juízo competente, dispensando-se, para estes casos, a expedição de precatório.

§ 1º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da RPV.

§ 2º Caso o montante da condenação exceda a quantia definida como de pequeno valor, a obrigação de pagar será feita exclusivamente mediante precatório.

Art. 3º No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Fazenda e os órgãos financeiros da Administração Indireta, Autárquica e Fundacional, antes de proceder ao pagamento de Requisição de Pequeno Valor - RPV, deverão verificar se o beneficiário é devedor do Município de Ibiporã, suas autarquias e fundações.

Art. 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para obrigação de pequeno valor, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultada à parte exeqüente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 2.273 de 10 de julho de 2009.

Ibiporã, 01 de agosto de 2019.

JOÃO TOLEDO COLONIEZI
Prefeito

Ref.:Projeto de Lei nº 28/2019-Autoria: Executivo Municipal



Download do documento

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 22/08/2019

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.